



O silenciamento da educação infantil na pandemia da COVID-19¹

The silencing of early childhood education in the COVID-19 pandemic

Le silence de l'éducation de la petite enfance dans la pandémie de covid-19

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

FEUSP - <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>, e-mail dpestanda@usp.br

Resumo

No isolamento social causado pela pandemia, o ensino infantil passou a ser desenvolvido por meio de atividades remotas conforme a orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE). O objetivo desse estudo é propor uma reflexão acerca do silenciamento da Educação Infantil na Pandemia da COVID-19 partindo da compreensão de que com o fechamento das instituições escolares, os professores precisaram desenvolver práticas pedagógicas que garantissem o contato da criança com a escola. Esta pesquisa é descritiva de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um formulário *on-line* produzido no Google Forms e divulgada nas redes sociais para a coleta dos dados. Os participantes do estudo são professores de crianças de 0 a 5 anos, que atuam em diversas cidades brasileiras em escolas públicas e privadas. As discussões apresentadas, apontam que a Educação Infantil é silenciada quando o ensino não presencial é proposto a partir de um pressuposto de normalidade, desconsiderando a realidade de vulnerabilidade social e econômica em que vivem as crianças matriculadas em escolas públicas e as condições formativas e de estrutura tecnológicas dos docentes.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ensino remoto; Silenciamento.

Abstract

In the social isolation caused by the pandemic, early childhood education started to be developed through remote activities according to the orientation of the National Education Council (CNE). The objective of this study is to propose a reflection about the silencing of Early Childhood Education in the Pandemic of COVID-19 starting from the understanding that with the closing of the school institutions, the teachers needed to develop pedagogical practices that would guarantee the contact of the child with the school. This research is descriptive of qualitative approach, developed through an online form produced in Google Forms and disseminated on social networks for data collection. The participants of the study are teachers of children from 0 to 5 years old, who work in several Brazilian cities in public and private schools. The discussions presented, point out that Early Childhood Education is silenced when non-presence teaching is proposed from an assumption of normality, disregarding the reality of social and economic vulnerability in which children enrolled in public schools live and the teachers' training conditions and technological structure.

¹ Este trabalho foi financiado pelo CNPq/Capes -USP



Keywords: Early Childhood Education; Remote Education; Silencing.

Résumé

Dans l'isolement social provoqué par la pandémie, l'éducation de la petite enfance a commencé à être développée par des activités à distance selon l'orientation du Conseil national de l'éducation (CNE). L'objectif de cette étude est de proposer une réflexion sur la mise sous silence de l'éducation de la petite enfance dans la pandémie du COVID-19 en partant du constat qu'avec la fermeture des institutions scolaires, les enseignants ont dû développer des pratiques pédagogiques permettant d'assurer le contact de l'enfant avec l'école. Cette recherche est descriptive d'approche qualitative, développée à travers un formulaire en ligne produit dans Google Forms et diffusé sur les réseaux sociaux pour la collecte des données. Les participants à l'étude sont des enseignants d'enfants de 0 à 5 ans, qui travaillent dans plusieurs villes brésiliennes dans des écoles publiques et privées. Les discussions présentées soulignent que l'éducation de la petite enfance est réduite au silence lorsque l'enseignement sans présence est proposé à partir d'une hypothèse de normalité, sans tenir compte de la réalité de la vulnérabilité sociale et économique dans laquelle vivent les enfants inscrits dans les écoles publiques, ni des conditions de formation et de la structure technologique des enseignants.

Mots clés : Education de la petite enfance ; Education à distance ; Silence.

1 Introdução

A pandemia da COVID-19 trouxe para a Educação brasileira, em especial para a Educação Infantil, muitas reflexões e questionamentos acerca das atividades remotas, uma vez que neste nível de ensino as interações e a brincadeira são os eixos que norteiam a prática pedagógica para garantir que, no ambiente escolar, a criança brinque, interaja, aprenda, descubra e experimente o contato com o outro e com o mundo, entendendo assim, que esta é uma fase da vida em constante construção e aprendizado.

A Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que tem passado por transições significativas nas formas de pensar e de fazer a educação de crianças. Se fortaleceu no campo educacional e avançou no sentido de ser ofertada em instituições próprias, que se preocupam com a educação e cuidados das crianças de 0 a 5 anos de idade, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2010. No entanto, com as imposições das medidas de proteção contra a propagação da COVID-19, uma doença respiratória causada pelo novo coronavírus, pode-se depreender que a Educação Infantil foi silenciada pelo isolamento social e a suspensão das aulas presenciais.

Neste sentido, este estudo levanta uma reflexão acerca do silenciamento da



Educação Infantil na pandemia da COVID-19 partindo da compreensão de que com o fechamento das instituições, como creches e pré-escolas, os professores precisaram ensinar por meio de atividades remotas (não presenciais), orientados, apenas, pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), n.º 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, que sugeriu que as instituições de ensino infantil desenvolvessem materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter lúdico, recreativo, criativo e interativo, a serem realizadas com as crianças em casa, enquanto durasse o período de isolamento social. (BRASIL, 2020).

As reflexões apresentadas a seguir são resultantes de uma pesquisa desenvolvida com professores da Educação Infantil, de escolas públicas e privadas de diversas cidades brasileiras, por meio de um formulário *on-line* divulgado nas redes sociais. As discussões foram conduzidas pelo texto *Ideologia e Educação*, de Marilena Chauí (2016), que aborda problemas pedagógicas partindo do conceito de ideologia definido por mecanismos sociais e políticos, e não pela imaginação ou utopia humana. A abordagem da autora, remete a questionamentos que faz refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil na pandemia que tem calado a experiência daqueles que vivem o ensino infantil de perto: *os professores e as crianças*.

2 O SILENCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para falar do termo *silenciamento na Educação Infantil* é importante deixar claro que este estudo faz referência ao silêncio dos professores durante a pandemia da COVID-19 no sentido de não poderem expressar as necessidades de formação e de práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral da criança que são alvo do seu trabalho, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal n. 9.394/96, em seu art. 29.

Além disso, os professores foram calados quando tiveram que, de forma solitária, isolados nas suas residências, seguir as orientações do Parecer n.º 5/2020, que desafiou as possibilidades de ensinar e educar as crianças de zero a cinco anos em creches e pré-escolas, já que o objetivo do ensino infantil é proporcionar as crianças experiências que instiguem a criatividade e possibilitar descobertas do mundo social e cultural em seu entorno em contextos diversos, uma vez que, as atividades remotas não



faziam parte do contexto educacional infantil no Brasil até a surgimento da pandemia da COVID-19.

Com o isolamento social, a ideologia de que a criança pequena aprende de forma remota, com atividades *on-line*, passou a predominar sobre a voz do professor que diz ter: a necessidade de formação continuada para aprender a trabalhar de forma não presencial com equipamentos tecnológicos com os quais não tinham o hábito de usar no dia a dia com as crianças; que não tem estrutura em casa para gravar aulas e transmiti-las por meio de aplicativos e/ou plataformas digitais; que a maioria das crianças de escolas públicas vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômicas e não tem acesso à internet; sobre a complexidade de preparar atividades com orientações para as famílias ensinarem as crianças em contextos domésticos, com pais e parentes sem nenhuma preparação pedagógica para uma educação escolarizada.

É nesse contexto, de isolamento social e de atividades remotas na Educação Infantil, que se identificam os temas discutidos por Marilena Chauí sobre a ideologia no campo pedagógico, que se mantém atual, embora, publicados na década de 80. Pois, ao abordar sobre o questionamento: Quem silencia a educação? A autora discute como em nossa sociedade é obedecida a regra da competência, que dita quem pode falar, reafirmando assim, a divisão social do trabalho. Neste sentido Chauí (2016, p.248-249) enuncia que:

[...] não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. Em outras palavras, o emissor, o receptor e o conteúdo da mensagem, assim como a forma, o local e o tempo de sua transmissão dependem de normas prévias que decidem a respeito de quem pode falar e ouvir, o que pode ser dito e ouvido, onde e quando isso pode ser feito.

A regra da competência criticada por Chauí (2016) sustenta o quanto os professores do ensino infantil silenciaram as suas práticas, os saberes, as experiências, os discursos sobre o ensino da criança de 0 a 5 anos, as necessidades formativas no contexto da pandemia e, ainda, se calaram sobre a realidade familiar vivida por muitas crianças. Foram silenciados pelos decretos, pelas leis, pela falta de políticas públicas educacionais e assistenciais e pelo poder dos órgãos governamentais que tomaram decisões sem conhecer a realidade das instituições de Educação Infantil e as



experiências necessárias a infância no contexto escolar e familiar.

Desse modo, na perspectiva da regra da competência os professores da Educação Infantil foram excluídos do discurso sobre a educação enquanto experiência com o ensino de crianças, fazendo prevalecer a ideologia dominante, que oculta a realidade à outras classes e faz parecer que a dominação é algo natural e racional. Sobre essa racionalidade Chauí (2016, p. 249) discute como “[...] a eficiência da realização ou execução de uma tarefa”, o que reafirma, ainda mais, a separação do trabalho dos professores do poder dos que legislam, regulamentam e controlam a educação.

Sobre a realização e execução de tarefas impostas pelos que detém o poder da educação, fica bem claro o trabalho do professor da Educação Infantil que mesmo sem formação específica para o ensino remoto com crianças pequenas, criaram estratégias e elaboraram atividades para atender a criança em seu ambiente familiar com o objetivo de reduzir o prejuízo educacional e preservar o direito à educação. Assim, as aulas aconteceram por meio de “[...] plataforma digital, aulas por *WhatsApp*, vídeos gravados, tarefas, ligações semanais, projetos de leitura, materiais entregues por *drive-thru*, dentre outras ações” (GONÇALVES; BRITO, 2020, p.44).

Dessa forma, o papel da administração escolar enquanto silenciadora do discurso da educação prevalece quando os dados mostram que “[...] entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas.” (AGÊNCIA SENADO, 2020). Com isso, na rede pública de ensino, 26% dos alunos que estavam com aulas online não possuem acesso à internet, segundo a Agência do Senado (2020), entre eles os alunos de creches e pré-escolas em todo o país.

O formato remoto causou mudanças no espaço e tempo da criança aprender e se desenvolver com atividades lúdicas, interativas que contemplam as suas singularidades e necessidades de aprendizagens para a formação e desenvolvimento integral, além de não considerar as condições que vivem as crianças em contextos domésticos nas cidades brasileiras. Nesse contexto, a “regra da competência” e o “mito da racionalidade” discutidos por Chauí (2016), ficam mais evidentes e levantam reflexões importantes sobre a voz do professor que está impedida



de expressar sobre a falta de apoio e estrutura tecnológica para o exercício da profissão de forma não presencial e a falta de políticas de assistência escolar e familiar as crianças da Educação Infantil na pandemia, cedendo espaço para os que administram a educação de modo geral e que cobram a eficiência das práticas pedagógicas no contexto pandêmico.

Portando, é necessário refletir sobre as ideologias implantadas nas práticas pedagógicas e dialogar sobre a educação de crianças, as atividades remotas e autonomia do professor. Se fazendo necessário, ainda, conhecer os processos pelos quais se formam as atividades essenciais da Educação Infantil, para delinear o modo de pensar, de agir e fazer o ensino infantil acontecer mediante as dificuldades encontradas no contexto da pandemia da COVID-19.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, ressalta-se a importância de se definir os encaminhamentos metodológicos do processo de pesquisa, primando pela abordagem qualitativa, por buscar conhecer e desvelar opiniões diversas relacionadas ao silenciamento da Educação Infantil na pandemia. De acordo com Flick (2004), a pesquisa qualitativa fundamenta-se no paradigma da interpretação da realidade, explicando o fenômeno dentro de um determinado contexto. Nesta perspectiva, o estudo se classifica como descritivo, que conforme Gil (2008), busca descrever determinada realidade com a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como os questionários e observações sistemáticas.

Os dados foram coletados com professores do ensino infantil por meio de um questionário *on-line* produzido no Google Forms, com sete questões: três para a obtenção de informações gerais sobre a cidade/Estado que atuam, tipo de escola que trabalham, pública ou privada, e a turma em que lecionam (creche ou pré-escola); e quatro questões abertas para que os professores pudessem expressar a sua opinião sobre a Educação Infantil de forma remota. A pesquisa foi realizada entre os dias 02 a 05 de dezembro de 2021, com um link do formulário divulgado nas redes sociais e respondido por 55 professores de algumas cidades brasileiras.

A exploração dos dados foi delineada a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) que envolve um primeiro contato com os documentos que



serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material.

4 A VOZ DOS PROFESSORES: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica articula as dimensões do educar e do cuidar nos eixos que norteiam a prática pedagógica, as interações e a brincadeira, porém, durante a pandemia da COVID-19 as crianças de 0 a 5 anos ficaram sem frequentar a creche e a pré-escola de forma presencial, e isso as impediu de interagir, brincar e conviver com outras crianças e com adultos em um ambiente escolar. Neste sentido, é necessário ouvir a voz dos professores sobre esse processo de ensino que aconteceu de forma repentina e o silenciamento desta etapa na pandemia.

Os dados coletados no questionário do Google Forms possibilitam uma análise organizada a partir de categorias delimitadas de acordo com as perguntas e as respostas dos participantes da pesquisa. As três primeiras perguntas são relacionadas a Cidade/Estado, escola pública ou privada e a turma em que o professor atua na Educação Infantil. A primeira pergunta foi que os 55 professores pesquisados atuam em cidades dos Estados como: Piauí, Maranhão, Ceará, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. A segunda e a terceira questão mostram que 76,4% dos professores lecionam em escolas públicas e 23,6% nas privadas, e que 61,8% atuam em creches, com crianças de 0 a 3 anos de idades, e 38,2% em pré-escolas, com crianças de 4 a 5 anos.

Em seguida se colocou em discussão a opinião do professor sobre se é possível desenvolver uma prática pedagógica com interações e brincadeira, de forma remota, na Educação Infantil. As opiniões foram diversificadas: 39 professores responderam que Sim, 10 que Não, e 06 ficaram na dúvida nas suas respostas. Entre os docentes que responderam que é possível desenvolver atividades de interações e brincadeira de forma remota, destaca-se a utilização de vídeos gravados e enviados pelo aplicativo WhatsApp, áudios explicativos e chamadas de vídeos pelo celular, aulas no Google Meet e no Zoom, bem como o apoio da família nesse processo, conforme a fala a seguir:



Sim. Durante as aulas remotas todas as atividades pedagógicas estão sempre voltadas a interação com as crianças por meio de vídeos educativos, orientação pelos professores das atividades escolares a serem desenvolvidas como leitura, escrita, matemática, atividades artísticas, brincadeiras, danças, músicas. Há também a interação professor x aluno e família por meio de áudios de WhatsApp, vídeos gravados pelos alunos e educadores e utilização de outros Apps como Meet, Zoom, por exemplo. Tudo com a participação da família. (PARTICIPANTE 1).

Diante desse relato, pode-se inferir que as atividades pedagógicas na Educação Infantil na pandemia aconteceram com aulas síncronas e assíncronas, por meio de aplicativos com a interação entre criança, família e professores. Evidenciamos, neste sentido, que o uso da internet foi o principal formato oferecido pelas escolas para o desenvolvimento das atividades, exigindo, assim, a ajuda da família que tinha que disponibilizar de tempo, condições e conhecimentos pedagógicos para orientar as diversas atividades no ambiente doméstico.

Isso aconteceu porque as instituições de ensino infantil foram orientadas, no início da pandemia, pelo Parecer nº 05/2020 que admitiu “[...] a possibilidade de tornar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível.” (BRASIL, p.10, 2020). Orientou, também, sobre o envio de material e suporte pedagógico para as famílias ou responsáveis das crianças matriculadas na Educação Infantil.

Entretanto, os órgãos governamentais não deram voz às dificuldades enfrentadas pelas escolas e pelos professores na elaboração de atividades lúdicas e interativas a serem desenvolvidas fora do espaço escolar, em lares sem acesso a internet ou com familiares e responsáveis analfabetos ou sem formação pedagógica para esse tipo de orientação para com as crianças. A principal preocupação, segundo Campos e Durli (2021), era com a mediação entre professores e as famílias, no sentido de executar o que foi planejado e o cumprimento dos direitos de aprendizagem conforme constam na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017.

Em discordância com a maioria dos professores participantes da pesquisa que acreditam que é possível garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento por meio de práticas lúdicas e interativas de forma remota, outros docentes compreendem



que o ensino infantil exige a superação das formas assistencialistas que predominou durante muito tempo e por isso é válido trazer esse posicionamento para as discussões deste estudo:

Não de uma maneira satisfatória. Pois, na maioria das famílias os pais trabalham fora chegando em casa apenas à noite e por serem crianças pequenas não conseguem acessar sozinhas o celular ou computador. Aliás nem é recomendado que fiquem expostos a telas nessa faixa etária. E mesmo nos casos em que algum dos responsáveis está em casa, nem sempre há conexão adequada de internet, nem sempre há compreensão da importância das interações e brincadeiras para o desenvolvimento infantil ou materiais básicos para desenvolver a brincadeira... (PARTICIPANTE 2).

A partir dessa visão, pode-se perceber a dualidade nos discursos dos professores em relação ao ensino infantil de forma remota, o que torna compreensível, talvez, pela falta de formação continuada oferecida a esses docentes, com o objetivo de proporcionar estudos e reflexões sobre as reais necessidades expressas na educação das crianças em creches e pré-escolas, ou, simplesmente, por acreditarem que o ensino infantil pode acontecer de qualquer forma, tendo o professor que se “desdobrar” para dar conta das atividades e mostrar que são capazes mesmo diante das dificuldades, como relata uma participante da pesquisa ao dizer que “[...] os pais viram o quanto somos importantes e necessários para os seus filhos e a escola percebeu o quanto somos capazes de nos desdobrar diante de tantas dificuldades em relação a educação. Temos recebidos muitos elogios”. (PARTICIPANTE 3).

Nota-se, no entanto, que esse “desdobrar” citado pelo Participante 3 faz referência a uma atitude apreciada pelas escolas e pelas famílias, fazendo com que o professor se sinta um guerreiro que consegue enfrentar e superar todas as dificuldades e desafios impostos pela educação na pandemia. Esse pensamento vai de encontro com as discussões de Chauí (2016) sobre a organização e o planejamento dos que administram a educação, silenciando o discurso dos que colocam o ensino em prática, neste caso, a ideologia dominante fazendo o professor acreditar que ser elogiado é uma forma de recompensar todas as faltas e falhas do processo educativo não presencial.

Os relatos da pesquisa enfatizam questões que direcionam o pensar sobre as condições sociais das famílias em que vivem as crianças, as condições dos professores



que precisam preparar e ministrar as suas aulas de ambientes domésticos, o tempo de tela para crianças pequenas, e, principalmente, o desenvolvimento das interações e das brincadeiras com o objetivo de educar e cuidar das crianças no contexto familiar. Além disso, remete a uma reflexão acerca da família ser considerada o ambiente ideal para o desenvolvimento de crianças pequenas como vem sendo sustentada historicamente. Para Oliveira(2020), existem diferentes condições de trabalhos entre as famílias, que são frutos de problemas produzidos pelo dia a dia e que vivem em constante mudanças, com isso, é importante destacar que há conflitos entre os ensinamentos familiares e os propostos pela instituição de Educação Infantil, o que levanta questões em relação as linguagens e aos valores desenvolvidos pelas crianças.

Quanto ao tempo de tela que a criança fica exposta, mencionado pela participante 2, pesquisas mostram que até os 6 anos de idade não é recomendado que a criança fique mais de duas horas por dia na frente de uma tela. Conforme uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o uso de tela na primeira infância durante a pandemia pode resultar em dificuldade de: aprendizagem, interação social, criar vínculo, se adaptar ao meio social e aos desafios que terão pela frente em suas vidas e controlar respostas impulsivas, entre outros. (EDUCAÇÃO, 2021).

É importante enfatizar que o ensino infantil no formato remoto trouxe mudanças repentinas que tem impactado na vida escolar dos pequenos. As crianças da pré-escola, por exemplo, já apresentam déficit no desenvolvimento da expressão corporal e oral, além de estarem se desenvolvendo menos do que o esperado, conforme os professores ouvidos na pesquisa realizada pela UFMG. (EDUCAÇÃO, 2021).

As crianças são impactadas pelo ensino remoto em diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, inclusive, no aumento das desigualdades educacionais com a grande diferença entre as classes vulneráveis e não vulneráveis no Brasil. As crianças que vivem em famílias com nível socioeconômico mais alto têm mais acesso as atividades como: pintar, desenhar, cortar papéis, ouvir histórias, entre outras que estimulam o desenvolvimento integral. Essa diferença chega a mais 20% entre os mais ricos e mais pobres, conforme Delboni (2021).

Neste sentido, a intencionalidade dos órgãos governamentais de estimular as novas aprendizagens com a parceria da família, no isolamento social, levantam diversos



questionamentos a respeito do trabalho pedagógico da educação das crianças, como, por exemplo: O que dizem os professores sobre o ensino remoto na Educação Infantil? Como se comportam as crianças de 0 a 5 anos no isolamento social em função da pandemia? O que foi feito para apoiar as famílias e as crianças afastadas das instituições de Educação Infantil, pelos governantes?

As respostas para esses questionamentos podem ser ouvidas nas vozes dos que fazem o ensino infantil e que são excluídos do discurso da educação “[...] justamente aqueles que poderiam falar *da* educação enquanto experiência que é sua: os professores e os estudantes.”, como afirma Chauí (202, p.249). Desse modo, analisa-se agora, a opinião dos professores sobre o silenciamento na pandemia que de acordo com as repostas, 34 professores acreditam que a pandemia silenciou a Educação Infantil, 16 não concordam e 05 não souberam opinar.

Partindo da opinião da maioria dos docentes que acreditam que esta etapa de ensino foi silenciada na pandemia, destacamos motivos, como: a falta de interesse, comprometimento e condições das famílias para ensinarem a criança pequena, a falta de recursos pedagógicos no ambiente doméstico, a falta da interação aluno e professor de forma presencial, a falta da socialização e da interação com outras crianças para o desenvolvimento social e afetivo e a falta de acesso à internet, entre outros apontados nas respostas, como mostra o relato a seguir:

Acho que a pandemia trouxe dificuldades reais para muitas famílias, falta de emprego, alimentação, e conseqüentemente a escola não era a prioridade. Sendo assim, crianças menores foram prejudicadas pela falta de alguém que pudesse viabilizar as atividades planejadas pelos professores. Então, nesse aspecto, sim, a pandemia silenciou. (PARTICIPANTE 4).

O argumento apresentado pelo Participante 4 provoca reflexões, já apontadas nesse estudo, sobre o contexto de vulnerabilidade econômica e social em que vivem as famílias das crianças pequenas e sobre o papel de executar as atividades planejadas pela escola no sentido do cuidar e do educar que deve ser compartilhado entre a escola e a família, mas que não é visto como prioridade pelas famílias no ensino remoto. Essas relações entre educação e cuidado têm merecido bastante atenção nesse novo formato de ensino porque exige do mediador atitudes e comportamentos que demandam conhecimentos e habilidades na compreensão das múltiplas expressões da



criança, que usa diferentes linguagens para se comunicar no espaço educativo.

Nesta lógica, Corsino, Didonet e Nunes (2008, p.17), enfatizam o educar e o cuidar como “[...] duas faces de um ato único de zelo pelo desenvolvimento integral da criança. Cuidare educar se realizam num gesto indissociável de atenção integral”, trazendo para o cerne do debate questões como à invisibilidade dos contextos familiares que se tornou mais evidente na pandemia e que faz pensar no direito de aprendizagem que não é garantido a criança, porque é silenciado pelas condições socioeconômicas em que vivem as famílias, impossibilita-as de cuidar e educar as crianças como asseguram as leis.

Essas condições sociais e econômicas, são destacadas, ainda, quando é citado o acesso à internet pelas crianças, como argumenta um participante da pesquisa: “[...] as crianças que tem internet tiveram aulas todos os dias e aqueles que não tinham internet foram silenciadas, pois não havia interação professor x aluno, aluno x aluno por meio de nenhuma plataforma”. (PARTICIPANTE 5).

Os argumentos apresentados provocam discussões acerca do aumento da desigualdade social que tem se acentuado na pandemia, visto que as crianças da classe média, que estudam em escolas privadas, tiveram condições de assistirem aulas remotas e puderam retornar mais cedo as atividades de forma presencial, enquanto que as das classes populares não tiveram condições de acesso porque “[...] a maioria das famílias das crianças que frequentam as instituições públicas vincula-se à classe trabalhadora, não dispendo, na maioria das vezes, das condições necessárias a uma vida com dignidade”. (CAMPOS; DURLI, 2021, p.236).

Dessa forma, pode-se evidenciar que a Educação Infantil não foi considerada, pelos órgãos governamentais, dentro dos diversos contextos que poderiam acontecer o ensino remoto quando planejaram a educação das crianças pequenas em contextos familiares, sobretudo, com questões específicas da docência com crianças que deve compreender a educação não apenas no seu aspecto cognitivo, mas integrando as demais dimensões do desenvolvimento humano com práticas pedagógicas que considere as necessidades da criança em diferentes contextos sociais, integrando diferentes tempos, espaços e agentes educativos para além das instituições de Educação Infantil.

Portanto, é fundamental a compreensão de que silenciar a Educação



Infantil é não perceber que o ensino é um processo formativo que tem a escola como espaço de aprendizagens, de interações e de despertar a construção de novos conhecimentos e de desenvolver habilidades, atitudes, noções, valores e afetos, respeitando as singularidades e capacidades de cada criança, e que no ensino remoto esse processo enfrenta muitas dificuldades pelas diferentes abordagens discutidas neste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se abordar neste estudo questões relacionadas ao que silencia a Educação Infantil na pandemia considerando que esta etapa de ensino tem se fortalecido na educação básica e tem passado por transformações importante nas formas ofertar uma educação de qualidade para as crianças. O ensino em creches e pré-escolas tem ganhado destaque tornando reconhecida a necessidade de espaços adequados às peculiaridades da criança e formas específicas de organizar o ensino para um atendimento educacional que visa ao desenvolvimento em seus aspectos cognitivo, afetivo, social e psicológico.

A pesquisa desenvolvida possibilitou a compreensão da concepção de professores em relação as práticas pedagógicas no formato remoto, reforçando o entendimento de que elas são silenciadas, até mesmo quando o professor entende que é possível educar e cuidar da criança, com interações e brincadeiras, por meio de orientações dadas as famílias sobre as atividades a serem desenvolvidas em ambientes doméstico, desconsiderando os diversos contextos em que elas estão inseridas com o propósito de cumprir as orientações do CNE e das secretarias de educação.

As discussões apresentadas reforça a compreensão de que a Educação Infantil é silenciada quando o ensino não presencial é proposto a partir de um pressuposto de normalidade, desconsiderando a realidade de vulnerabilidade social e econômica em que vivem as crianças matriculadas em escolas públicas, a falta de formação docente específica para o ensino remoto, condições estruturais de equipamentos e conexão à internet para professores e as crianças, o estabelecimento de atividade obrigatórias para o cumprimento da continuidade de um currículo já existente, a sobrecarga de atividades geradas pelo isolamento social, entre outros fatores não



explicitados no texto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado**: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. 12/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durantedepandemia>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CAMPOS, Roselane Fátima; DURLI, Zenilde. Infância confinada:: liturgias de escolarização e privatização da educação infantil. **Zero-A-Seis: Dossiê Especial: Educação Infantil em tempos de Pandemia**, Santa Catarina, v. 23, n. 0, p. 221-243, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79059/45382>. Acesso em 13 de dez.de 2021.

CHAUÍ, M.S. **Ideologia e Educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo: v.42,n.1, p.245-257, jan/mar.2016

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Distrito Federal). Parecer CNE/CP Nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 jun. 2020, seção 1, p. 32, 28 abr. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jul. 2020.

DELBONI, Carolina. **Educação Infantil sente impacto da pandemia no desenvolvimento da criança**. 2021. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/educacao-infantil-sente-impacto-da-pandemia-no-desenvolvimento-da-crianca/>. Acesso em: 24 maio 2021.

DIDONET, V. Construção histórica da integração de educação e cuidado na primeira infância no Brasil. In: NUNES, F. R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação**



infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

EDUCAÇÃO, Planeta. **Os reais impactos da pandemia na Educação Infantil.** 2021. Disponível em: <https://www.plannetaeducacao.com.br/porta/a/460/os-reais-impactos-da-pandemia-na-educacao-infantil>. Acesso em: 05 out. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, E.M.R; BRITO, A.L.F. de M. **Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar** Revista Práxis, v. 12, n. 24, dezembro, 2020 p. 39-46. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/issue/view/109>. Acesso: 28 de jan.2020

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação Infantil.** 8. Ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Cortez, 2020.